



## Justiça reconhece vínculo empregatício de terceirizada do Itaucard

**TRT5 (BA) entendeu que atividades desempenhadas pela autora não poderiam ser terceirizadas, por caracterizar-se como essenciais para atividade-fim do banco**



Ao julgar o processo nº 0000806-81.2015.5.05.0022, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5-BA) reconheceu, por unanimidade a ilicitude da terceirização realizada pelo Banco Itaucard e, conseqüentemente, a existência de vínculo empregatício da autora, reformando a sentença da 22ª Vara do Trabalho de Salvador. Da decisão cabe recurso.

A reclamante sustentou que exerceu, desde a sua admissão, a função de atendimento aos cartões de crédito do Citibank e Citicard, sendo essa última empresa sucedida pelo Itaucard, quando passou a atender também

aqueles cartões. Afirmou, ainda, que o banco não possui nenhum empregado para atender aos clientes de cartão de crédito, sendo todos esses serviços terceirizados.

Outra ré no processo, a Contax Mobitel S.A., alegou que a Lei 13.429/2017 (Lei da Terceirização) autoriza a terceirização de serviços específicos, de acordo com os objetos contratados, eliminando os conceitos de atividade-fim e atividade-meio. Já o Banco Itaucard alegou ser lícita a terceirização do serviço de call center. Salientou ainda que as atividades estavam ligadas a telemarketing e que a funcionária nunca exerceu funções típicas de empregados bancários.

A 1ª Turma esclareceu, primeiramente, que não se pode aplicar a legislação atual no que se refere ao caso, uma vez que a autora ingressou com a presente ação antes da vigência da lei. Quanto à alegação de que a atividade da autora estaria ligada a telemarketing, o próprio preposto do Citicard afirmou “que a empresa oferece a seus clientes os seguintes serviços: parcelamento de faturas, crédito pessoal, pagamento de contas

debitando da fatura de cartão de crédito estorno de encargos, retenção de cartão, descontos de anuidade, emissão de segunda via, emissão de cartões e senhas, inclusão de dependentes, alterações cadastrais de clientes; que estas eram basicamente as atividades desenvolvidas pelo call center da Citicard.”.

Com estas declarações, tornou-se claro que sem a mão de obra fornecida pela Contax não seria possível a concretização dos fins sociais do Banco Itaucard, qual seja,

a emissão e administração dos cartões de crédito. Tratava-se, portanto, de atividade essencial para o funcionamento empresarial do Itaucard e não de atividade-meio.

A 1ª Turma entendeu então que as atividades desempenhadas pela autora não poderiam ser terceirizadas por empresa de telemarketing, pois se caracterizam como essenciais para a execução da atividade-fim do Banco Itaucard.

Fonte: TRT5, com edições da Contraf-CUT

## Governo sanciona lei. Para inutilizar cédulas em caixas eletrônicos



O governo sancionou nesta terça-feira, 24, a lei 13.654, que altera o código penal e obriga bancos a disponibilizarem nos caixas eletrônicos equipamentos que inutilizem cédulas. A lei aumenta as penas por uso ou roubo de explosivos e diz que os bancos donos de caixas eletrônicos são obrigados a instalarem qualquer tipo de tecnologia para inutilização de cédulas, tais como: tinta especial colorida, pó químico,

ácidos insolventes, pirotécnica ou qualquer outra substância, desde que não coloque em perigo os usuários dos caixas eletrônicos. Manda também instalar placas de alertas nos caixas e nos bancos informando a existência do referido dispositivo. O não cumprimento da lei sujeita os bancos a multa. Vigilante de banco: fique ligado nesta novidade. É do seu interesse..

Fonte: CNTV

# 5ª Semana de protestos no Cab arranca reunião com o governo

Nesta terça-feira, 24, realizamos a 5ª semana de protestos no Centro Administrativo contra o governo do estado. O protesto é contra o desemprego de vigilantes que atuam no Estado, a falta de diálogo, a portaria do governo que interfere nas negociações da categoria, com recomendação para reduzir salário, a troca de vigilantes por porteiro para fazer as mesmas funções de vigilantes (mascaramento) e a falta de pagamento de salário, com vigilantes com 6 meses sem receber da empresa ou do estado. Um novo protesto ficou marcado para o dia 08 de maio.

REUNIÃO COM A BANCADA DE DEPUTADOS – Logo após o Ato de Protesto os Sindicatos (Sindivigilantes e Sindmetropolitano) foram participar de uma reunião semanal da bancada de deputados estaduais do PT na Assembleia Legislativa. As lideranças da nossa categoria falaram para os deputados da injustiça do

governo e pediram o apoio. De pronto a Deputada Maria Del Carmem, em nome da bancada, se dispôs a participar de uma reunião nesta quarta-feira na SERIN. Isto é PRESSÃO E MOBILIZAÇÃO PELOS NOSSOS DIREITOS.

REUNIÃO COM A SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SERIN NESTA QUARTA. No final da manhã desta quarta-feira os nossos Sindicato estiveram uma reunião na SERIN levando a pauta da categoria: Não interferência nas negociações, devolução dos empregos dos vigilantes, mesa de dialogo vigilantes x governo, pagamento dos salários, etc. Da reunião o governo reconheceu que precisa solucionar algumas pendencias com os vigilantes e agendou outra reunião para o próximo dia 4 de maio. Não abrimos mão do emprego, de direitos, do salário, de condições dignas de trabalho e do respeito.

Fonte: CNTV

## Com Temer, bancos cobram juros estratosféricos no cheque especial

As taxas de mais de 500% ao ano no cheque especial afastam os clientes, derrubam o consumo, a atividade industrial e, conseqüentemente, as chances de aquecimento da economia



A Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) vem caindo há um ano e quatro meses, mas os juros do cheque especial são de mais de 500% ao ano e estão 324% mais altos do que os dos empréstimos pessoais.

O Brasil, apesar da propaganda do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB-SP), continua sendo um dos países com juros mais altos do mundo. Na Inglaterra, berço do neoliberalismo, os bancos são proibidos de cobrar em qualquer tipo de empréstimo taxas que ultrapassem o dobro do valor do empréstimo contraído. Já na Espanha, o Santander chegou a deixar de cobrar os juros do cheque especial durante seis meses,

bem diferente do que as filiais brasileiras.

O economista e consultor da Fundação Perseu Abramo, Marcelo Manzano, diz que os bancos brasileiros cobram juros extorsivos porque a direção do Banco Central é comandada por um profissional oriundo do sistema financeiro.

“O ex-presidente do BC, Henrique Meirelles”, diz ele, “foi diretor do banco de Boston e dono do Original. O atual presidente da instituição, Ilan Goldfajn, foi economista chefe e sócio do Itaú”.

Para o economista, a maneira de se romper esse círculo vicioso seria os bancos públicos, como Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), oferecerem créditos com juros menores, como os “forçou” o ex-presidente Lula, durante a crise econômica internacional de 2008. À época, os juros dos bancos públicos eram de 5% ao mês, hoje estão em torno de 11 e 13%.

“Os bancos públicos estão atuando como os privados, num mercado extremamente concentrado. Apenas quatro bancos: Itaú, Bradesco, CEF e BB são responsáveis por 80% do volume de crédito oferecido no país. Isto é oligopólio. Há um acordo de cavalheiros entre eles”, afirma Marcelo.

Outro fator que precisa ser levado em consideração, segundo o economista, é a crise econômica, intensificada com a crise política que começou depois das eleições de 2014 e terminou com o golpe de Estado, em 2016. Com a crise política e econômica, o volume de crédito para pessoa física caiu 46% em relação ao PIB, mesmo com a taxa Selic em 6,5% - menor patamar desde 2016.

Enquanto as instituições financeiras têm mais poder no governo golpista que contribuíram para colocar no poder, os consumidores fogem dos empréstimos, deixam de consumir e a economia fica estagnada.

“O sistema financeiro faz o que quer no Banco Central, e quem paga é a população endividada”, diz a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), Juvandia Moreira.

Para ela, os bancos cobram altas taxas porque “detêm um poder muito grande nesse governo, ao articularem o golpe de 2016, que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República”.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

“Não se resolve o problema do endividamento trocando o cheque especial pelo empréstimo pessoal, como alguns sugerem. É preciso que o Brasil volte a crescer e as pessoas voltem a ter trabalho”, avalia Juvandia.

Não é o que o atual governo vem fazendo. Análise da evolução do crédito no período recente - 2014-2017, feita pelo DIEESE, mostra que a recessão econômica profunda e longa, com quedas no PIB em 11 trimestres consecutivos, acompanhada de uma crise política e de mudança na condução da política econômica do último período, alteraram a tendência de crescimento do crédito, que vinha ocorrendo no período anterior a 2014. E para crescer, o governo deveria usar os bancos públicos como instrumento de política econômica anticíclica, como foi feito nos governos Lula e Dilma. No período pós-crise financeira de 2008, essas instituições foram fundamentais para fomentar o consumo, a atividade industrial e manter o crescimento econômico. Já no momento atual, apresentaram comportamento pró-cíclico e aprofundaram a retração da economia, reduzindo a oferta de crédito.

O consultor da Fundação Perseu Abramo, Marcelo Manzano, concorda com a análise. Segundo ele, cada vez mais brasileiros estão deixando de contrair empréstimos com receio de não conseguir pagar as prestações. “Já os bancos, para não deixarem de ganhar mais, aumentam as taxas de quem contrai um empréstimo ou se utiliza do cheque especial. Perdem em número de clientes, mas ganham no valor cobrado”.

“Isso é ruim porque demonstra que o consumo vem caindo, e neste momento, é fundamental que os juros sejam reduzidos, aumente o volume de empréstimo e se incentive o consumo. É uma anomalia porque falta regularização do sistema financeiro e o Banco Central é permissivo. Está tudo do avesso”, diz Manzano.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF